



SQS 303: a pioneira

Em março de 1977, surgiu a primeira miniprefeitura em Brasília: a da SQS 303. Uma quadra em que 90% dos proprietários dos cerca de 500 apartamentos, eram funcionários do Banco do Brasil, constituindo uma comunidade de padrão sócio-econômico homogêneo, acima da média dos brasilienses.

A organização de uma administração comandada pelos próprios moradores da quadra foi uma idéia fruto da constatação de que alguns moradores, síndicos de blocos, individualmente, por mais de uma vez, ao entrarem em contato com autoridades do governo insistindo na complementação da quadra (término do plantio de grama, da iluminação, falta de proteção contra ladrões, marginais, depredação do bem público, dos jardins), recebiam sempre evasivas, apesar de bem recebidos.

A miniprefeitura veio então com este objetivo: tentaria conseguir com o GDF a conclusão da SQS 303. Um outro foi adicionado à idéia original: a organização deveria oferecer aos moradores da Quadra vantagens que moradores de outras quadras não possuíam, segundo os idealizadores: uma comunidade mais unida, participante que usufrísse de determinadas iniciativas culturais, recreativas, desportivas e até mesmo de embelezamento.

O primeiro prefeito, José Cotrim, funcionário da presidência do Banco do Brasil, bem relacionado na área governamental, foi eleito pelos síndicos dos blocos. Foi eleito ainda um Conselho Fiscal e um Conselho Comunitário (composto pelos síndicos). Os titulares das 17 secretarias criadas foram indicados pelo prefeito. Estudou-se uma taxa mensal que viabilizasse a realização dos projetos mentalizados. Quase 400 proprietários aderiram à idéia e se associaram à prefeitura. Na opinião da primeira equipe à frente da prefeitura, a 303 estava dando um passo pioneiro, que tornava realidade projetos idealizados antes de 1960, pelos próprios criadores da cidade.

Após sete meses de «governo» a prefeitura já apresentava aos moradores 52 realizações; melhoramentos gerais na quadra, inclusive com jardinagem e vigilância permanentes, obras viárias, urbanização, atividades desportivas, culturais e recreativas, bem como maior organização da própria prefeitura, com sede provisória, edição de boletins e mais.

A grande maioria das realizações foram de pequeno porte, com recursos da própria prefeitura, ou seja, captados na comunidade através de mensalidades e das atividades programadas. Outro número delas foram obras do GDF, por iniciativa reivindicatória da prefeitura. E algumas outras já estavam previstas pelo Governo, sendo apenas aceleradas com pedidos da prefeitura.

A empolgação do primeiro ano foi aos poucos, cedendo lugar a um desinteresse crescente. Alguns

fatores contribuíam para isso, segundo a atual prefeita, Cleusa Fonseca. Muita gente mudou-se, uma grande parcela foi transferida pelo Banco do Brasil para outros estados (hoje, apenas cerca de 40% dos apartamentos são habitados por funcionários do Banco do Brasil), muito trabalho (não há remuneração) era exigido da equipe da prefeitura, por força das muitas tarefas. O grande idealizador da miniprefeitura, o primeiro prefeito Márcio Cotrim, mudou-se para o Lago Sul. «O pessoal não quis mais assumir depois que ele saiu» — lamenta Cleusa Fonseca. A atual prefeita iniciou suas atividades à frente da equipe por força da desistência do 2º prefeito, aos três meses de mandato. Ao término do mandato em que, como vice — substituiu o demissionário, ninguém se candidatou a prefeito e Cleusa Fonseca encabeçou nova chapa «para que a coisa não morresse».

A dependência dos favores do governo, cada vez mais eram escassos, foi outro fator que contribuiu para isso. Hoje, as mensalidades dos associados não pagam nem mesmo os funcionários contratados.

E a ajuda do governo não tem sido lá estas coisas. Apesar de ser um cálculo difícil de fazer, a prefeitura arrisca aproximá-lo: o governo contribuiu apenas com 40% das despesas efetuadas com as melhorias já obtidas até hoje. A maioria das despesas foram com pequenas obras. A reivindicação básica já existente no primeiro ano da prefeitura ainda não foi atendida: a construção da sede da miniprefeitura, em lugar previsto no plano original da cidade para uma representação de cada quadra, denominada Administração da Quadra (AQD).

A única coisa de peso feita pelo governo, de acordo com Cleusa Fonseca, foi a área de lazer, constituída de um parquinho, um anfiteatro (projeto), um ringue de patinação, o plantio de árvores e a urbanização (acelerada).

Por vezes, a ação de órgãos do governo foram bastante desestimulantes e injustos. Cleusa cita uma ocasião em que, para facilitar o trabalho de limpeza da quadra, a prefeitura amontoava o lixo em determinado local e pedia ao Departamento de Parques e Jardins (DPJ) que o retirasse. O DPJ sempre atendeu os pedidos. O serviço de Limpeza Urbana (SLU) entretanto, ao ver os detritos amontoados, multou a prefeitura, para indignação da comunidade. «Multou porque existia a prefeitura. Se fosse em outra quadra multaria a quem?» Mas a prefeitura entrevistou-se com autoridades e a partir daí o SLU tem sido um órgão de colaboração.

Cleusa ressalta que com estes órgãos, DPJ e SLU, a prefeitura pode contar. Mas aqueles cujo serviço depende de verbas maiores como Secretaria de Serviços Públicos de Viação e Obras são praticamente fechados às miniprefeituras.